

**CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS PARA O RISCO DA
INTRODUÇÃO DO VÍRUS DA FEBRE AFTOSA NO REBANHO GAÚCHO**

***FARMS CHARACTERIZATION FOR THE RISK OF THE FOOT-AND-MOUTH
VIRUS INTRODUCTION IN RIO GRANDE DO SUL CATTLE***

Autores:

PhD Maria da Graça Becker Dutra, médica veterinária, doutora em Medicina Veterinária pela Universidade de Múrcia/Espanha (2004), atua no Serviço de Doenças Vesiculares, da Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Produção Animal, da Secretária da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul¹ e na Faculdade de Medicina Veterinária – ULBRA – Canoas/RS².

MSc Diego Viali dos Santos, médico veterinário, mestre em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006), responsável pelo Serviço de Doenças Vesiculares (SDV), da Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal (DFDSA), do Departamento de Produção Animal (DPA), da Secretária da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul.¹

MSc Fernando Henrique Sauter Groff, médico veterinário, mestre em Medicina Veterinária Preventiva (2004), chefe da Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Produção Animal, da Secretária da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul.¹

¹ Centro Administrativo do Rio Grande do Sul, av. Borges de Medeiros, 1501 - 19º andar, Praia de Belas - Porto Alegre/RS CEP 90119-900. sdv@saa.rs.gov.br

² Faculdade de Medicina Veterinária - ULBRA - Campus Canoas - Av. Farroupilha, 8001 - Canoas/RS CEP 92425-900. mgdutra@uol.com.br

RESUMO

As propriedades rurais com alta movimentação de bovídeos, localizadas em regiões de fronteira, próximas a laticínios ou abatedouros de animais são classificadas como propriedades de alto risco para a introdução do vírus da febre aftosa. No segundo semestre de 2006, sob a coordenação dos médicos veterinários do Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, foi realizado o estudo sobre as propriedades rurais do estado, ficando constatado que 0,88% são classificadas como de alto risco à introdução do vírus da febre aftosa.

Palavras-chave: febre aftosa, propriedade de risco, Defesa Sanitária Animal

ABSTRACT

Farms with high movement of bovídeos, located in regions of border, next the slaughters are classified as properties of high risk for the foot-and-mouth virus introduction. The animal health defense department of the Rio Grande Do Sul state, evidenced that 0.88% the all farms in state are classified as high risk farms to the foot-and-mouth virus introduction.

Key-words: *Foot-and-Mouth disease; high risk farms; animal health defense.*

INTRODUÇÃO

Em 1993, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) com os objetivos de controlar a enfermidade no território brasileiro e erradicá-la até 2009 (BRASIL, 1993; RIO GRANDE DO SUL, 2006).

Todas as ações sanitárias desenvolvidas pelo Programa são coordenadas pelo MAPA e executadas pelos órgãos de Defesa Sanitária Animal das unidades federativas. No Rio Grande do Sul, o PNEFA é executado pelo Departamento de Produção Animal (DPA) da Secretária da Agricultura e Abastecimento (SAA), através dos médicos veterinários oficiais, com abrangência de toda a área territorial do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 1998).

Entre as atividades previstas no PNEFA, pode-se citar a vacinação semestral de bovídeos contra a febre aftosa (SANTOS *et al.*, 2007) e a realização de testes sorológicos nos animais para monitoramento da inexistência de circulação viral, a campo, do vírus da febre aftosa (VFA). Esse monitoramento sorológico, de extrema importância, permite certificar a sanidade dos bovídeos brasileiros para essa virose, ajudando a manter abertos os mercados consumidores internacionais, imprescindíveis ao agronegócio brasileiro. Isto ocorre pois, a febre aftosa é uma enfermidade que pela sua magnitude e transcendência, associada às perdas diretas e indiretas da sua presença numa população animal, impõe restrições à comercialização de produtos e subprodutos de origem animal (DUTRA *et al.*, 2006; OLASCOAGA *et al.*, 1999).

Além das ações sanitárias já citadas, o PNEFA também determina parâmetros para a classificação de risco das propriedades rurais quanto a suscetibilidade a introdução do VFA.

Isto posto, no segundo semestre de 2006, os médicos veterinários do DPA/ SAA, classificaram as propriedades rurais gaúchas, definindo assim aquelas que são de alto risco para a introdução do VFA. Tal enquadramento determina ao serviço oficial uma maior vigilância ativa nessas propriedades rurais, realizando visitas e fiscalizações periódicas durante o ano, além de assistir semestralmente a vacinação dos bovídeos nas etapas de imunização contra a febre aftosa.

Além disso, esse trabalho buscou informações para auxiliar as ações sanitárias que envolvem a prevenção do ingresso do VFA no rebanho gaúcho.

MATERIAL E MÉTODOS:

PROPRIEDADES DE ALTO RISCO PARA A FEBRE AFTOSA

Os critérios utilizados para classificar uma propriedade rural quanto o risco à introdução do VFA no rebanho, demonstrados no quadro 1, ponderam a probabilidade da propriedade de receber e/ou difundir rapidamente o VFA pela localização em regiões de fronteira, por ter grande movimentação animal e humana como as aglomerações (assentamentos rurais) ou pela proximidade de abatedouros e/ou lixões, além de servir de parâmetro para os médicos veterinários das Unidades Locais do DPA classificar as propriedades rurais, dos municípios sob sua jurisdição administrativa. Todavia, para uma propriedade ser classificada como de alto risco para a introdução do VFA (chamadas apenas de propriedades de alto risco) deve possuir pelo menos uma das características demonstradas no quadro 1.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS QUE DEFINEM UMA PROPRIEDADE RURAL COMO DE ALTO RISCO À INTRODUÇÃO DO VFA.

<ul style="list-style-type: none">• Próxima a aglomerações de animais
<ul style="list-style-type: none">• Próxima a abatedouros e laticínios
<ul style="list-style-type: none">• Próxima a lixões
<ul style="list-style-type: none">• Próxima a portos, postos de fronteira, aeroporto ou rodoviária
<ul style="list-style-type: none">• Com alta movimentação de animais
<ul style="list-style-type: none">• Propriedades de Assentamentos rurais
<ul style="list-style-type: none">• Pertencente a proprietário em outro país ou em área infectada
<ul style="list-style-type: none">• Próxima à estrada com grande fluxo de animais

Fonte: MAPA

RESULTADOS

CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE ALTO RISCO NO RIO GRANDE DO SUL

Como propriedade rural entende-se uma área geográfica delimitada destinada à produção primária (DUTRA et al.,2006). Porém, ao considerar a epidemiologia de uma enfermidade alguns fatores são determinantes na manutenção, na eliminação ou na introdução dessa enfermidade no ambiente, já que as doenças são multifatoriais. Com referência à febre aftosa, o MAPA considerou como geradoras de risco à presença e/ou permanência do vírus no meio ambiente brasileiro, algumas situações que constituíram as

“causas suficientes” (quadro 1) servindo para classificar as propriedades rurais como “propriedades de alto risco à introdução do VFA”.

Com os resultados dessa pesquisa, foi possível avaliar a situação do RS com respeito às propriedades rurais que são classificadas como de alto risco. Para melhor elucidar tal situação, o presente estudo elaborou três estratos, com intervalos pré-determinados de 300 propriedades, visando conhecer a distribuição espacial, por mesoregião do RS, das 3.190 propriedades consideradas de alto risco. Essa estratificação pode ser visualizada na figura 1.

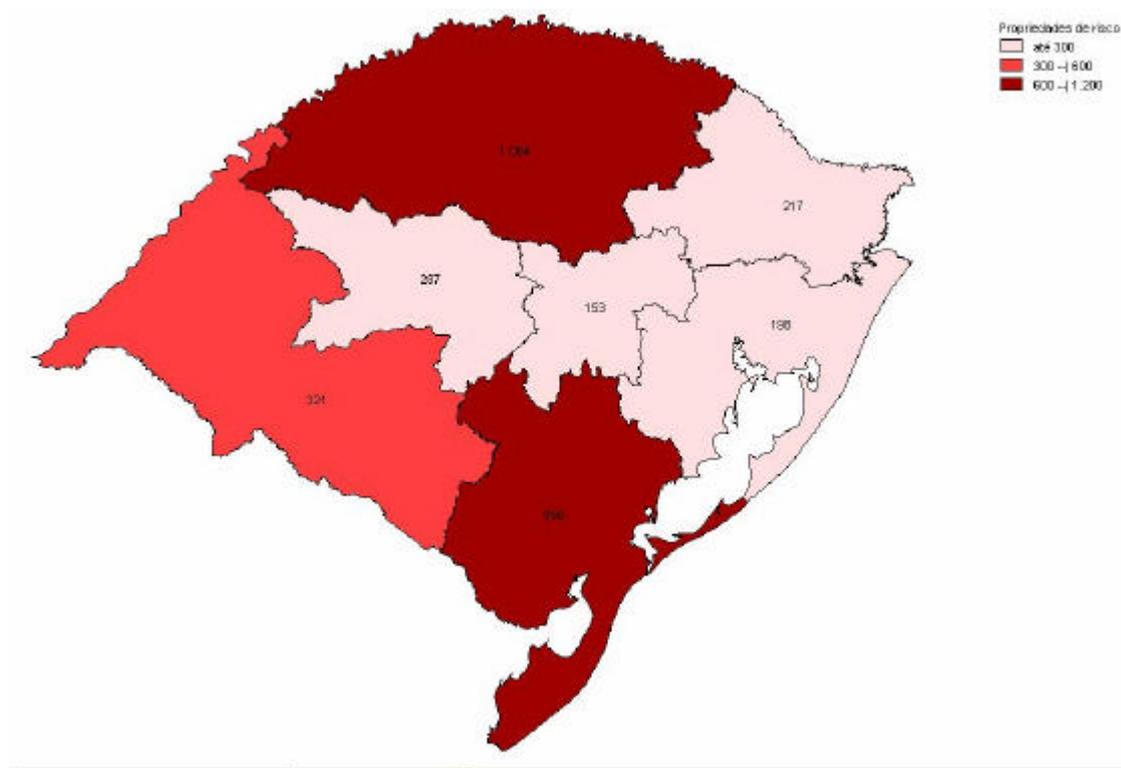


FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES DE ALTO RISCO À INTRODUÇÃO DO VFA, POR MESOREGIÃO, NO RS/2006.

Nessas propriedades foi concretizado o levantamento sobre a população animal, com o intuito de conhecer a população existente e a suscetível (estratificada), à febre

aftosa. Essas informações são imprescindíveis ao controle e prevenção dessa virose, pois, além de ter sua transmissão facilitada por aerossóis e contato indireto, a densidade populacional de suscetíveis de uma região pode contribuir para a permanência do vírus no ambiente e auxiliar na difusão, assim como, a população não suscetível servindo de vetor mecânico ao vírus (DUTRA et al.,2006). Esses dados estão contemplados no quadro 2.

QUADRO 2 - DADOS DAS PROPRIEDADES RURAIS DO RS, ENQUADRADAS COMO DE ALTO RISCO À INTRODUÇÃO DO VFA EM 2006.

Propriedades enquadradas como de alto risco para introdução do VFA	3.190
Número de bovídeos existentes nas propriedades	659.485
Número de animais suscetíveis (não bovídeos) à febre aftosa nas propriedades	237.242
Número de animais não suscetíveis à febre aftosa nas propriedades	626.317

Fonte: Unidades Locais/DPA/SAA

Por último, com base nos dados coletados no ano de 2006, pelas várias ações sanitárias efetivadas pelo DPA, juntamente com o levantamento das propriedades de alto risco, foi possível calcular o percentual de propriedades rurais enquadradas, em cada mesoregião do RS (Tabela 1).

TABELA 1 - TOTAL DE PROPRIEDADES RURAIS E DE PROPRIEDADES DE ALTO RISCO À INTRODUÇÃO DO VFA, POR MESOREGIÃO DO ESTADO, ANO 2006.

Mesoregiões do RS	Propriedades rurais	Propriedades de alto risco	Propriedades de alto risco (%)
Centro Ocidental	28.402	287	1,01
Centro Oriental	50.256	153	0,30
Nordeste	30.635	217	0,70
Noroeste	143.737	1.064	0,74
Porto Alegre	41.299	198	0,48
Sudeste	42.655	950	2,22
Sudoeste	25.019	321	1,28
Total	362.003	3.190	0,88

Fonte: SDV/DFDSA/DPA/SAA

DISCUSSÃO

Os resultados do levantamento das propriedades rurais enquadradas como de alto risco para introdução do VFA demonstram a proporcionalidade: maior quantidade de propriedades de alto risco nas regiões onde há concentração de assentamentos de produtores rurais (Sudoeste, Sudeste e Noroeste); esse item é uma das causas suficientes usadas para a classificação das propriedades.

Considerando a população animal, o número de bovídeos nessas propriedades é pequeno quando comparado à população total do RS (13.191.663 de bovídeos, segundo levantamento da SAA, 2007), representando apenas 5%. Ainda, ao contabilizar as populações das espécies suscetíveis (suíno, ovinos e caprinos) e não suscetíveis (demais espécies domésticas) das propriedades de alto risco, o somatório é de 237.242 e 626.317,

respectivamente (Quadro 2). Cabe salientar, o levantamento sobre o número de animais não suscetíveis à febre aftosa tem sua importância no que concerne à possibilidade de difusão da virose, por servirem de vetores mecânicos ao VFA (OLASCOAGA, 1999).

Observando a distribuição espacial das propriedades de alto risco, por mesoregião (tabela1), percebe-se que a região Sudeste (região de Pelotas) tem a maior concentração: 2,2 propriedades de alto risco para cada 100 propriedades rurais, seguida da região Sudoeste (região de Uruguaiana) com 1,28 e a região Centro Ocidental (região de Santa Maria) com 1,01, por quanto à média do RS é de 0,88 propriedade de alto risco/100 propriedades rurais. Os percentuais encontrados são considerados baixo tendo em vista a grande existência de assentamentos de produtores rurais e a posição geográfica do RS, com duas fronteiras internacionais – Uruguai e a Argentina, o que poderia contribuir para elevar o número de propriedades rurais enquadradas como de alto risco à introdução do VFA no Estado. Outro fato que corrobora para esse baixo percentual é há grande quantidade de propriedades rurais no RS (362.003), na sua grande maioria de pequenos produtores rurais que não comercializam seus animais (compra e venda), utilizando-os apenas para a subsistência. Ainda, estas propriedades localizam-se no interior dos municípios, afastadas de estabelecimentos comerciais (abatedouros) ou de locais de grande fluxo animal (exposições e feiras), não se enquadrando nas características de uma propriedade de alto risco à introdução do VFA (Tabela 1).

CONCLUSÃO

O maior número de propriedades vulneráveis ao VFA esta na área caracterizada como ecossistema primário (OLASCOAGA, 1999). Ou seja, apesar dessas propriedades possuírem fatores predeterminantes de risco, elas não se encontram em área que permita a

manutenção de infecção ativa por longo período. Com isso, reduz o potencial de disseminação da enfermidade, assim como a ocorrência de focos de grande proporção.

Portanto, o uso de ferramentas de vigilância primária através do órgão executor (DPA), somado as condições epidemiológicas, permitem concluir que a caracterização da distribuição das propriedades de alto risco no RS é extremamente oportuna, pois além dessas áreas exigirem do serviço veterinário oficial uma vigilância ativa contínua, permite estabelecer programas sanitários preventivos, evitando a ocorrência de focos de febre aftosa nas regiões consideradas de maior probabilidade de ocorrência.

Com o trabalho integrado entre os produtores rurais, mais a realização da vigilância ativa pelos funcionários do DPA/SAA, nas propriedades de alto risco à introdução do VFA, a probabilidade de introdução dessa virose no RS é bastante baixa, permitindo que o estado mantenha seu *status* sanitário livre de febre aftosa com vacinação (OIE, 2007).

AGRADECIMENTOS

A todos os servidores públicos estaduais (médicos veterinários, técnicos agrícolas, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços rurais, entre outros) do Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, distribuídos nas 251 unidades locais em todo o Estado, já que os mesmos são os responsáveis pelas informações aqui publicadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Portaria nº 121, de 29 de março de 1993. Publicado no Diário Oficial da União de 30/03/1993 , Seção 1 , Página 3965.

DUTRA, M.G.B.; SANTOS, D.V. & GROFF, F.H.S. 2006. Sanidade Animal. 1ª edição. Corag, Porto Alegre. 37-44 p.

OIE. www.oie.int (2007) acessado em 12 de maio de 2007.

OLASCOAGA, R. C. *et. al.* 1999. Febre Aftosa. 1ª edição. Atheneu, São Paulo. 20-101 p.

RIO GRANDE DO SUL, Portaria Estadual 341/2006 publicada em 24 de outubro de 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual 11.099 de 22/01/1998. Institui o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

SAA (2007). Disponível em:

http://www.agricultura.rs.gov.br/admin/docs_serv/1178723201Dados_oficiais_2007_1.pdf
acessado em 22 de maio de 2007.

SANTOS, D.V.; DUTRA, M.G.B.& GROFF, F.H.S. Vacinação do rebanho bovínico gaúcho contra a febre aftosa em janeiro de 2007. Submetido a *A Hora Veterinária* em abril de 2007.